Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e um

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Aldimir Hervella, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante do Movimento Sindical; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Sr. Edson Eugênio, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Dr. Gastão Wagner de Sousa Campos, Secretário Municipal de Saúde; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto Limoli, representante das associações de aposentados; Sr. José David Santomauro, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Sra. Maria da Graça S. Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde e Presidente do Conselho; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Matilde Alves Pontes, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sra. Regina M.C. Lara Campos, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante dos serviços de saúde municipais; Sra. Rosângela M.G. Martinhago, representante do Movimento Sindical; Dra. Silvia Helena Rondina Mateus, representante das entidades de classe; Sr. Welton José Araújo, representante do Movimento Sindical; Sr. Antonio Barbosa dos Santos, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sr. Balie P. Koudou, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Dr. Fernando Antonio B. Carvalho, representante suplente dos hospitais filantrópicos; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Dra. Márcia Ap. Amaral, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Dr. Pedro Paulo Medeiros, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Renato Souza Santos, representante suplente das associações de aposentados; Sra. Shirley Garcia, representante suplente das entidades patronais; Sr. Vicente Sidnei Alves, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; funcionários da Secretaria de Saúde; representantes de Conselhos Locais de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Claudinei dos Santos, representante dos conselhos de classe; Sr. Jacó dos S. Bastos, representante do Movimento Sindical; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dr. Silvio Ciquini, representante suplente da PUCCAMP. Faltaram: Sr. Lúcio Messias, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Dr. Luiz Maria Pinto, representante da PUCCAMP; Sra. Maria do Carmo Mendes, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Maria dos Santos Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Dr. Roberto Teixeira Mendes, representante da UNICAMP.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 27.06.01; 2) Correspondência Recebida: 3) Orçamento da Secretaria de Saúde para 2002; 4) Gratificação para Valorização de Pessoal no Projeto Paidéia; 5) Informes.

Sra. Maria da Graça iniciou a reunião colocando em votação a ata da reunião de 27.06.01, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, solicitou ao Sr. José David que fizesse a leitura da correspondência recebida. Sr. José David leu abaixo assinado dos funcionários administrativos, motoristas e guardas solicitando sua inclusão na Família Ocupacional Saúde. Outra correspondência recebida foi dos funcionários dos serviços e equipes de referências e especialidades, onde reiteram o apoio ao Projeto Paidéia e solicitam que, assim que forem definidos os valores da primeira etapa do prêmio, possam participar, com um representante de cada serviço, das equipes de estudo para discussão de seu contrato de metas. Por último, leu carta de agradecimento aos funcionários do Serviço de Atendimento Domiciliar encaminhada pela família de um paciente daquele Serviço. Dr. Gastão comunicou a realização, com data indicativa para o mês de setembro, da Conferência Municipal de Saúde Mental, tendo em vista a realização da Conferência Estadual em novembro e da Nacional em dezembro. Solicitou a indicação de dois representantes do Conselho para fazerem parte da comissão organizadora. Passando para a pauta propriamente dita, foi solicitado ao Sr. José Carlos que fizesse a apresentação do orçamento da saúde para 2002. Sr. José Carlos colocou que o motivo do assunto ter sido pautado era a necessidade de esclarecer os conselheiros acerca do processo que vem sendo desenvolvido, desde fevereiro, ocasião em que, por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi definida a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Informou que estava sendo montado o Plano Plurianual, plano esse que vai orientar o orçamento da Prefeitura pelos próximos quatro anos. Ao mesmo tempo, estão ocorrendo as discussões do Orçamento Participativo, que deverão estar terminadas no mês de agosto, devendo a Prefeitura encaminhar a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o final de setembro. Terminado esse processo, com as bases financeiras e orçamentárias definidas, a Secretaria estará elaborando o Plano Municipal de Saúde. Para fazer essa discussão foram obedecidos alguns princípios, tendo sido seguidas as diretrizes da 5ª Conferência Municipal de Saúde, como ampliar o acesso às ações de saúde nas áreas desassistidas ou com repressão de demanda; garantir as contrapartidas do município nos projetos com o Ministério da Saúde; melhorar a qualidade da assistência e das condições de trabalho nas unidades de saúde, com investimentos que não implicassem em aumento de recursos humanos; priorizar recursos para custeio. Com relação a LDO, a Prefeitura tem uma previsão de ampliação do orçamento próprio da ordem de 38 milhões de reais, 15% dos quais deverão ser aplicados em investimentos na saúde, com a previsão do custeio que seria gerado. Apresentou planilha com a previsão de recursos para os investimentos a serem feitos, quais sejam: expansão do Complexo Ouro Verde, com a construção do Centro de Diagnóstico, incluindo Laboratório; melhoria e ampliação da rede básica; reforma e ampliação de 10 unidades; aquisição de equipamentos; construção de três unidades, através de emendas parlamentares; construção do CS Faria Lima; melhoria da assistência em urgência/emergência: término do PA São José, reforma e ampliação do PA Anchieta, aquisição de sete ambulâncias para o SAMU; melhoria da assistência hospitalar, referente ao Hospital Mário Gatti; expansão das ações de prevenção e promoção à saúde; implantação do Programa Paidéia. Somando-se os recursos SUS, recursos próprios e custeio, o total de recursos a serem aplicados nesses investimentos seria da ordem de 29 milhões de reais, sendo 5.848 mil de recursos próprios e o restante de transferência federal, emenda parlamentar ou contrapartida de negociação com empresas. Colocou que essa proposta está muito próxima à que vem sendo discutida pela setorial saúde do Orçamento Participativo e que a planilha detalhada estará à disposição dos conselheiros para consulta. Com relação ao Plano Plurianual foi estabelecida, pela Prefeitura, uma metodologia que tem quatro macro-diretrizes que deverão orienta-lo como um todo: infraestrutura e reforma da cidade, desenvolvimento ambiental, defesa da vida e cidadania, qualificação da gestão pública, nas quais deverão estar incluídos os programas de cada Secretaria. No que diz respeito à Secretaria de Saúde, estão sendo definidos os custos dos projetos de cada área, bem como seu horizonte de tempo. Os oito programas da Secretaria (Saúde Coletiva, Vigilância e Controle de Zoonoses; Saúde Mental; Rede Básica e Programa Paidéia; Assistência Hospitalar; Sistema de Urgência/Emergência; Saúde Bucal; Serviços de Referência e Especialidades; Gestão e Ações Estratégicas) vão orientar a elaboração do Plano Plurianual e, por ocasião da elaboração do Plano Municipal de Saúde, vão ordenar a alocação de recursos, o que significa que nesse momento é que o detalhamento do gasto será feito. Com relação aos projetos, declarou que estão sendo encaminhados ao Ministério da Saúde para captação de recursos, sejam do próprio Ministério ou da Fundação Nacional de Saúde: um projeto para dez módulos de Saúde da Família; três projetos na área de Saúde Mental; um na área de reabilitação; um na área de Saúde do Trabalhador; um na área de Vigilância em Saúde, em conjunto com o CEASA; quatro para o Hospital Mário Gatti; seis para a área de saneamento e sistema de abastecimento de água, em conjunto com a SANASA; um de aquisição de ambulâncias; três para o Cândido Ferreira; um para compra de geradores para os PA e SAMU. Esclareceu que esses projetos deverão ser analisados pelo Ministério até outubro e para aqueles que forem aprovados e não constarem da LDO será apresentada uma emenda para sua inclusão, visando o seu desenvolvimento no próximo ano. Respondendo a um questionamento sobre como seriam compatibilizadas as possíveis demandas vindas das discussões do Orçamento Participativo, Sr. José Carlos colocou que até o momento os relatórios recebidos vêm de encontro com a proposta da Secretaria e que caso haja alguma demanda que não tenha sido prevista a compatibilização será feita determinando um horizonte de tempo para sua execução, devendo ser priorizados nesse momento os projetos que não gerem uma grande ampliação de custeio. Outro mecanismo de compatibilização é através das emendas parlamentares que são apresentadas no mês de agosto, para o que também deverão ser encaminhados esses projetos. Dra. Maria do Carmo esclareceu também que o Conselho do Orçamento Participativo deverá, junto com a Secretaria, definir as prioridades, baseando-se em alguns critérios, como por exemplo o número de pessoas a ser beneficiadas com uma determinada ação. Respondendo a questionamento feito pela Sra. Inajara, Sr. José Carlos colocou que, com relação à Saúde Mental, está prevista no Plano Plurianual a ampliação de custeio. Dr. Gastão colocou aos conselheiros que, com relação à elaboração do orçamento e estabelecimento de prioridades, ao longo do ano terão que ser encontradas formas de articulação do Conselho Municipal e Conselhos Locais de Saúde com o Conselho do Orçamento Participativo, definindo os papéis de cada uma dessas instâncias. Esclareceu que a Secretaria está propondo que seja mantido o gasto municipal com saúde, que é de 17% do orçamento, e buscando formas de conseguir mais recursos do SUS, tanto de investimento quanto de custeio, sendo a implantação do Programa de Saúde da Família uma delas. Reforçou a necessidade de se continuar discutindo para encontrar mecanismos que possibilitem o crescimento da rede e a contratação de mais profissionais, levando-se em conta as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por solicitação da mesa, antes de passar para a discussão sobre o Prêmio Paidéia, iniciou-se a seção de informes. Sra. Maria da Graça colocou aos conselheiros que, conforme deliberado na reunião de junho, a Secretaria Executiva do Conselho havia se reunido com o Prefeito no dia anterior, ocasião em que foi explicitada a preocupação com as dificuldades que vem sendo enfrentadas pela Secretaria de Saúde, tendo o Prefeito assumido o compromisso de priorizar a saúde. Dr. Gastão informou que foi encaminhado estudo da situação financeira da Secretaria que aponta para a necessidade de suplementação orçamentária, aprovada pelo Prefeito, que será discutida pelo Secretariado, devendo ser remanejados recursos de várias Secretarias visando a manutenção da capacidade de investimento e compras da Secretaria de Saúde. Dra. Maria do Carmo colocou aos conselheiros que era necessário indicar ainda naquela reunião os representantes do Conselho para a comissão organizadora da Conferência Municipal de Saúde Mental. Informou ainda que havia recebido proposta de convênio da Pastoral da Criança, que deveria ser apresentada ao Conselho, sugerindo também que fosse montada uma comissão para avaliá-la. Dr. Gastão convidou a todos os conselheiros para o lançamento oficial do Programa Paidéia de Saúde da Família a ser realizado no dia 17 de agosto, às 10 horas, no Teatro Castro Mendes. Outro convite foi para a assembléia temática da saúde no dia 2 de agosto, às 19 horas, no Centro de Convivência. Passando para o próximo ponto da pauta, que era a discussão do Prêmio Paidéia, Dra. Maria do Carmo relembrou o processo que vem sendo desenvolvido desde o início do ano, bem como os itens já aprovados pelos conselheiros com relação às linhas gerais do prêmio e os seus componentes, ou seja, o componente de adesão e o índice de condições de vida (ICV). Para cálculo do ICV foram escolhidos 10 indicadores, para os quais foram atribuídos pontos, fazendo com que quanto maior o número de pontos pior era a condição de vida daquela população. Isso fez com que as unidades fossem divididas primeiramente em 4 grandes grupos, que, após discussão com a comissão foram reduzidos a 3. Lembrou ainda que o componente de adesão, após 6 meses, seria transformado em avaliação de desempenho ou avaliação de metas. A segunda parte do prêmio seria o estímulo à jornada integral para o médico de saúde da família. Devido à situação financeira da Secretaria, que já havia sido discutida em outras reuniões do Conselho, foi apresentada uma proposta à comissão de que, nesse primeiro momento, não se trabalhasse com o componente de adesão e sim somente com o ICV e o estímulo à jornada integral para o médico de saúde da família, o que foi aprovado pelos seus membros. Passou a palavra ao Dr. Adilson para que o mesmo apresentasse a proposta de valores do prêmio. Dr. Adilson dividiu sua apresentação em duas partes, sendo a primeira referente aos recursos financeiros com que será possível contar e a segunda referente à composição dos vencimentos e dos prêmios de algumas categorias profissionais, lembrando que para efetuar os cálculos foi levado em conta o salário base inicial de cada categoria. Com relação aos recursos financeiros colocou que, na medida em que forem sendo implantadas as equipes, esses recursos vão aumentando. Com a implantação de 58 equipes a Secretaria estaria recebendo cerca de R$ 276.363,00 mensais, com uma despesa referente à contratação dos agentes da ordem de R$ 186.200,00 mensais, podendo ser utilizados R$ 80.163,00 para o prêmio. Esclareceu que, além desses recursos, estarão sendo utilizados os R$ 180.000,00 gastos até agora com os agentes da dengue, que serão substituídos, e cerca de R$ 200.000,00 que vem sendo gastos com CAT e produtividade. Antes de apresentar a proposta de valores do prêmio para as diferentes categorias, Dr. Adilson fez as seguintes observações: o prêmio para o coordenador de unidade deverá ser proporcional ao número de equipes implantadas; a questão da isonomia entre os coordenadores de diferentes categorias profissionais deverá ser discutida no Plano de Cargos e Carreiras; o prêmio para o dentista será pago somente se o profissional estiver vinculado a uma equipe de saúde da família; para os profissionais de saúde mental e outros a metodologia será a mesma utilizada para o coordenador de unidade; nas 9 unidades que não têm equipes de saúde da família deverá ser mantida a CAT e produtividade atuais; nas unidades que já estão recebendo saúde da família deverão passar a receber pela nova proposta; a proposta de prêmio para AMDA, SAD e ADT deverá ser apresentada ao Conselho em uma próxima oportunidade. A seguir passou a apresentar a proposta de prêmio para as categorias: médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, auxiliar de consultório dentário (ACD), documento que se encontra à disposição dos conselheiros para consulta. Terminada a apresentação, Dra. Maria do Carmo leu ofício encaminhado pelos funcionários dos serviços e

equipes de referência e especialidades reiterando o apoio ao Projeto Paidéia e solicitando sua participação na discussão do contrato de metas. Foi questionada novamente a não inclusão dos funcionários administrativos, zeladores, guardas, motoristas e recepcionistas para recebimento do prêmio. Respondendo ao questionamento feito pela Dra. Silvia, Dra. Maria do Carmo esclareceu que o estímulo à jornada integral é somente para médico de saúde da família, não valendo para os demais médicos, ainda que sua jornada seja de 36 horas. Com relação à pergunta da Sra. Inajara, esclareceu que o salário das diversas categorias não muda em função da adesão ou não ao Programa, o que muda é a remuneração do prêmio. Esclareceu que todas os auxiliares de enfermagem das unidades estarão recebendo o prêmio; que os outros profissionais, como são considerados de apoio, receberão proporcionalmente ao número de equipes instaladas; os dentistas deverão estar vinculados às equipes para que possam recebê-lo. Com relação aos administrativos, guardas, zeladores, motoristas e recepcionistas, Sra. Ivonilde informou que foram recebidos 2 abaixo assinados e colocou que ficou acordada com a Secretaria a criação de uma comissão para discutir o assunto, pois esses profissionais não fazem parte da Família Ocupacional Saúde, o que inviabiliza sua inclusão no Programa até que seja aprovada uma nova lei que os inclua naquela família. Dr. Pedro Paulo considerou que era importante colocar que o médico com carga horária de 20 horas estaria deixando de receber o equivalente a 2 horas de trabalho, pois não teve sua carga horária reduzida como foi o caso dos médicos com carga horária de 40 horas. Sr. João Olímpio demonstrou sua preocupação com a necessidade de contratação de mais profissionais para comporem as demais equipes de saúde da família a serem instaladas. Sra. Rosa, coordenadora do CAPS Integração, solicitou que fosse esclarecida a razão do CAPS não ter sido citado para recebimento do prêmio, uma vez que, na ocasião em que a proposta foi aprovada, havia sido acordado que aquela equipe estaria sendo beneficiada já na primeira etapa de implantação do Programa. Dra. Rosana, coordenadora do CS Santa Lúcia, solicitou esclarecimentos quanto à proporcionalidade do prêmio para o coordenador. Dr. Luiz, coordenador do CS DIC I, colocou que aquela unidade conta com 4 equipes, das quais somente 2 estão completas, e perguntou como ficaria a situação das outras 2 equipes. Dra. Maria do Carmo esclareceu ao Dr. Pedro Paulo que já foi recebido ofício do Sindicato dos Médicos sobre a questão, ofício esse que foi encaminhado à Secretaria de Recursos Humanos. Respondendo aos demais questionamentos colocou que embora fosse importante a aprovação do prêmio naquele momento, havia detalhes que eram passíveis de ser rediscutidos tanto com a comissão como com a Secretaria e esclareceu que só seria pago o prêmio para as equipes completas. Dra. Maria do Carmo colocou a proposta de prêmio em votação, proposta essa que foi aprovada pela maioria dos presentes, lembrando que os itens pendentes deverão ser revistos e que o documento que contém a proposta na íntegra está à disposição dos conselheiros na Secretaria de Saúde. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Agosto / 2001